



DETERMINANTES DA DESIGUALDADE DE RENDA NO MARANHÃO: uma interpretação para o período de 2012 a 2019.

Edyr de Jesus A. Pereira¹

Alex Brito²

Jadson Pessoa da Silva³

Vanessa Ragone Azevedo⁴

Saulo Pinto Silva⁵

RESUMO

Evidências da literatura apontam a informalidade, educação e o nível de inserção econômica feminina como determinantes principais da desigualdade de renda. No Maranhão, o nível de desigualdade de renda mensurada pelo GINI da renda domiciliar *per capita* de todas as fontes (calculada com base nos microdados da PNADc Anual) demonstra uma reversão da queda iniciada em 2013. Nesse sentido, o artigo objetiva analisar a dinâmica da desigualdade de renda trimestral ao longo de quase uma década, para responder quais são os determinantes da desigualdade no Maranhão. Para responder ao problema, procedeu-se a uma análise exploratória de dados. Entre os resultados, destacam-se: a informalidade no setor privado, ao invés da informalidade em geral, é o principal determinante da desigualdade de renda no Maranhão, seguida pela desocupação feminina.

Palavras-chave: Desigualdade. Informalidade. Inserção econômica feminina.

ABSTRACT

Evidence from the literature points to informality, education and the level of female economic insertion as the main determinants of income inequality. In Maranhão, the level of income inequality measured by the GINI of *per capita* household income from all sources (calculated based on the microdata of the Annual PNADc) demonstrates a reversal of the decline that began in 2013. In this sense, the article aims to analyze the dynamics of quarterly income inequality over almost a decade, to answer what are the determinants of inequality in Maranhão. To answer the problem, an exploratory data analysis was performed. Among the results, the following stand out: informality in the private sector, rather than informality in general, is the main determinant of income inequality in Maranhão, followed by female unemployment.

Keywords: Inequality. Informality. Women's economic insertion.

¹ Economista (UFMA) e Pesquisador do GAPE (UFMA). E-mail: edyrjap@gmail.com

² Professor Permanente do PPGDSE – UFMA; Coordenador do GAPE (UFMA); E-mail: as.brito@ufma.br

³ Professor Adjunto do DECON/UFMA. Pesquisador do GAPE/UFMA. E-mail: jadson.pessoa@ufma.br

⁴ Professora Adjunta do DECON/UFMA. Pesquisadora do GAPE/UFMA. E-mail: vanessa.ragone@ufma.br

⁵ Professor do PPGDSE – UFMA; Pesquisador do GAPE. E-mail: saulo.pinto@ufma.br



1 INTRODUÇÃO.

Há pelo menos três aspectos apresentado pela literatura especializada quanto às chaves de análise da desigualdade de renda. O primeiro analisa a desigualdade a partir das políticas públicas (SILVEIRA *et alli*, 2020; SOUZA *et alli*, 2019; TABOSA *et alli*, 2016; CACCIAMALI *et alli*, 2015; MARINHO, LINHARES E CAMPELO, 2011; BARROS *et alli*, 2007; SABOIA, 2007; HOFFMAN, 2006) privilegiando as políticas de transferência de renda monetária, como os programas assistenciais e as políticas de aposentadoria e pensões e, também, aspectos regulatórios, como a política de valorização do salário-mínimo. O segundo, considera variáveis macroeconômicas, como o crescimento econômico (ARAÚJO E MARINHO, 2015; LIMA E MOREIRA, 2014; AGHION E BOLTON 1992. *apud* ARAÚJO E MARINHO p. 568; KUZNETS, 1955), a inflação, carga tributária, taxa de juros e outros. O terceiro determinante está associado às variáveis do mercado de trabalho (WEISBROT *et alli*, 2014; AZEVEDO *et. alli*, 2012; KEIFMAN E MAURÍCIO, 2012; HOFFMAN, 2009; BARROS, *et alli*, 2009, 2007; ULYSSEA, 2007). Entre essas, algumas são particularmente proeminentes, como a diferenciação de gênero, o processo de segmentação, os retornos da educação, a estrutura formal e informal do mercado de trabalho, entre outros.

Provavelmente, o mercado de trabalho talvez seja o determinante mais imediato da desigualdade de renda, pelas relações que se estabelecem entre a estrutura de remuneração e a ocupacional e o rendimento domiciliar *per capita*. No tocante a estrutura ocupacional é importante destacar que, segundo o *International Labour Organization*, em 2016, dois bilhões de pessoas no mundo com mais de 15 anos trabalhavam na informalidade, isto significa que aproximadamente 61,2% do emprego global era informal. A proporção de trabalhadores informais para o Brasil era de 46% (ILO, 2018), o que se aproxima dos dados de informalidade do IBGE com proporção de 40%.

No âmbito da desigualdade, a informalidade gera disparidades dentro dos próprios nichos de trabalho, com a falta de regulamentação, que resulta em diferentes remunerações entre indivíduos com a mesma instrução e experiência, provocando

PROMOÇÃO



APOIO





forte segmentação. A relação proporcional, da informalidade e desigualdade de renda, também foi observada por Ulyssea (2007). Ao analisar os determinantes da desigualdade de rendimentos no Brasil, entre 1995 e 2005, por segmentação do mercado de trabalho, o diferencial de remuneração entre o trabalho formal e informal teve a maior importância relativa sobre a desigualdade, e a população de baixa renda foram os mais prejudicados.

Por outro lado, considerando a estrutura ocupacional por gênero, é possível constatar que, segundo o WIL (2021), combinando os dados de emprego e renda do trabalho da Organização Internacional do Trabalho, do *Luxembourg Income Study*, e da *European Union Statistics on Income and Living Conditions*, as mulheres ganhavam aproximadamente 30% da renda global do trabalho no início dos anos 90 e 35% no ano de 2019. O instituto justifica que a baixa participação feminina na renda do trabalho é resultado da sub-representação feminina nos empregos com maiores salários.

Na América Latina e Caribe a participação feminina situava-se entre 30% e 40% nos últimos anos, enquanto Brasil, Uruguai e Panamá possuíam a maior participação da mão de obra feminina, de 38%. Dentre os 10% mais ricos, as mulheres representavam 36% desta amostra.

Overall, women are still under-represented at the top of the national wage distributions though to differing degrees. The glass ceiling effect seems particularly pronounced in the US and France, whereas Spain, Brazil and Costa Rica have a relatively high female representation at the top of their wage distributions. (WIL, 2021, p 18)⁶

Os resultados encontrados por Ribeiro *et al* (2018) apontam que 22% da queda da desigualdade entre as famílias com casais, e 11% da queda da desigualdade de todas as famílias, são explicadas através das mudanças nos rendimentos das esposas, o que atesta a associação da inserção econômica feminina com a redução da desigualdade.

⁶ No geral, as mulheres ainda estão sub-representadas no topo das distribuições salariais nacionais, embora em graus diferentes. O efeito teto de vidro parece particularmente pronunciado nos EUA e na França, enquanto Espanha, Brasil e Costa Rica têm uma representação feminina relativamente alta no topo de suas distribuições salariais. (WIL, 2021, p 18).



Considerando estes aspectos, a pesquisa objetiva propor uma interpretação sobre os principais determinantes da desigualdade de renda domiciliar *per capita* a partir das variáveis do mercado de trabalho, buscando responder, a partir de uma análise exploratória de dados quais são os determinantes mais proeminentes da desigualdade no Maranhão no interregno entre 2012 e 2019. A informalidade, que atravessa a estrutura ocupacional maranhense, de fato, tem influência? A segmentação por gênero afeta a desigualdade domiciliar *per capita*? Que outros aspectos do mercado de trabalho podem determinar a desigualdade de renda no Maranhão?

Para responder essas questões e elaborar uma interpretação para o caso maranhense, pretende-se proceder a uma análise exploratória de dados a partir de microdados. Assim, o trabalho está estruturado da seguinte forma: na segunda seção, tecem-se breves comentários metodológicos destacando os cálculos, as variáveis e o repositório de dados que serão utilizados; na terceira seção apresentam-se os resultados, descrevendo as associações encontradas e a aderência aos resultados da literatura especializada; na última seção elaboram-se algumas considerações finais.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.

A aferição da desigualdade de renda será feita por meio do coeficiente de GINI⁷, que sintetiza o nível de desigualdade relativa, a partir da curva de Lorenz, expresso da seguinte forma segundo Medeiros (2012):

$$G = 1 - 2 \int_0^1 L_x(y) dy$$

Em que: G = o coeficiente de Gini; $L_x(y)$ = Curva de Lorenz da distribuição de y entre os indivíduos; x = indivíduos.

Para o cálculo da desigualdade de renda domiciliar *per capita*, por meio do GINI

⁷ Um coeficiente de Gini igual a 0 significa que não há qualquer desigualdade na população; um coeficiente igual a 1 significa desigualdade máxima, ou seja, que tudo na distribuição (toda a riqueza, por exemplo) é apropriado por um único indivíduo da população. (MEDEIROS; 2012; pg.126)

(GINIrdpc), foi usada a variável VD4020 - Rendimento efetivamente recebido em todos os trabalhos para as pessoas de 14 anos ou mais de idade – da PNADc anual.

O coeficiente de GINI é posto como variável dependente, enquanto a taxa de desocupação feminina (representando a inserção feminina na economia), a proporção salário real do ensino superior sobre o salário real do ensino médio (como dado da educação), o nível de informalidade e os valores reais do PBF (transferências de renda) atuarão como variáveis explicativas. A taxa de desocupação é obtida através da razão:

$$tx. desocupação = \frac{\text{desocupados}}{\text{força de trabalho}}$$

Semelhante à taxa de desocupação, a proporção salarial do ensino superior sobre o ensino médio é resultado da seguinte razão:

$$prop. Sal. Educ = \frac{\text{Salário real médio do ensino superior}}{\text{Salário real médio do ensino médio}}$$

O nível de informalidade é dado por:

$$Informalidade = \frac{\text{Informais}}{\text{força de trabalho}}$$

Como política de transferência de renda, será considerado o Programa Bolsa Família (PBF) como ferramenta de atenuação da desigualdade de renda nacional. Os dados para o PBF, foram obtidos através do Ministério da Cidadania. A série, originalmente mensal, foi convertida para trimestral através do método simples de adição dos valores de três meses correspondente a cada trimestre. Posteriormente os dados foram deflacionados pelo INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, através do pacote ‘deflateBR’ v.1.1.2 (MEIRELES 2018). A série do deflator é originalmente do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Para compor o GINI e as variáveis que consideram os rendimentos, nível educacional e a posições do indivíduo no mercado de trabalho, foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua Anual (PNADc - Anual) realizada pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por considerar as rendas de pensões, aposentadorias, aluguéis, doações, aplicações financeiras e transferências governamentais, além da renda de todos os trabalhos.

PROMOÇÃO

APOIO

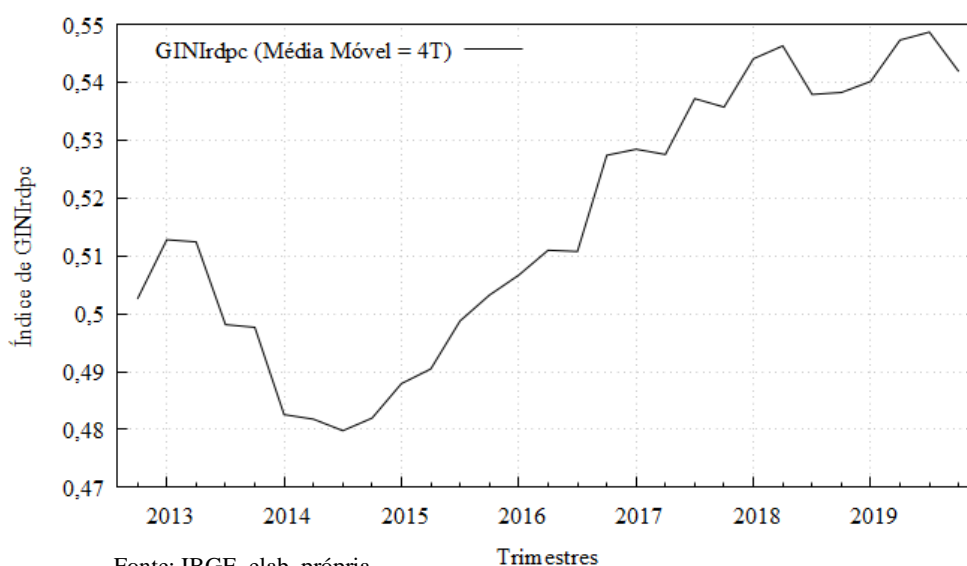


Com a possibilidade da ramificação da PNADc – Anual em observações trimestrais, a periodicidade escolhida foi a trimestral, para captar trimestralmente as variações da desigualdade e de seus determinantes no corte temporal de alta frequência iniciado no primeiro trimestre 2012 ao quarto trimestre de 2019.

3 A DESIGUALDADE DE RENDA NO MARANHÃO: principais determinantes.

Ao analisar a trajetória trimestral da desigualdade de renda domiciliar *per capita* (Índice de GINIrdpc) no período de 2012 a 2019 no Maranhão, é possível observar que existem dois momentos na dinâmica da desigualdade de renda: a) o primeiro momento se estende entre 2012 a 2014 com uma tendência de queda, que também foi observada na primeira década por Silva (2014) e b) o segundo momento que se inicia no terceiro trimestre de 2014, com um processo acelerado de mudança nas condições de vida familiar, representado pelo crescimento abrupto do coeficiente de GINIrdpc. Esta tendência se estende até 2018 e lateraliza até o último período observado.

Gráfico 1 - Desigualdade de Renda (GINIrdpc), MARANHÃO 2012 - 2019.



Fonte: IBGE, elab. própria.

De modo similar, pode ser observada a dinâmica da taxa de desocupação maranhense (Graf.2), corroborando com a estreita relação entre a desigualdade e o mercado de trabalho encontrada por Barros *et al* (2012) para o Brasil. A menor taxa

PROMOÇÃO

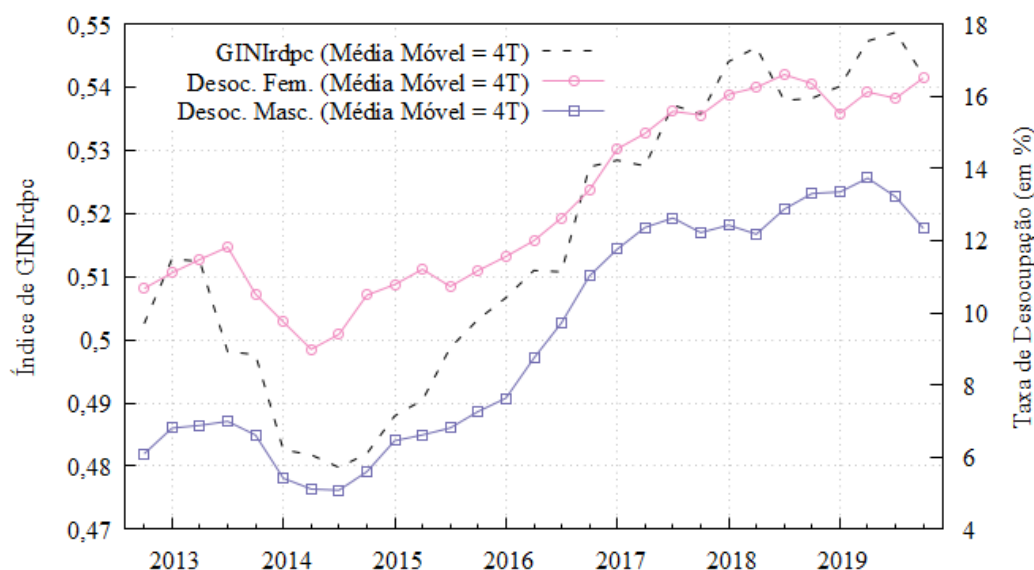


APOIO

de desocupação foi registrada no quarto trimestre de 2013 (4,2%), três trimestres depois, o Maranhão alcançou o seu menor patamar de desigualdade ($GINIrdpc = 0,476$). A taxa de desocupados na economia maranhense teve dois picos significativos. O primeiro no início de 2018 (15,8%), e o segundo no segundo trimestre de 2019 (16%). Nesses dois anos, houve três momentos em que o nível de concentração de renda familiar superou 55%. Dentre os desocupados maranhenses, as mulheres sofrem com taxas mais altas em comparação com a desocupação masculina. Em média, 13% da população feminina estava desocupada entre os anos de 2012 e 2019, neste mesmo período, a maior taxa foi no primeiro trimestre de 2018, com 19,67% de desocupação.

As tendências de crescimento das desocupações feminina e masculina, assim como da desigualdade de renda familiar *per capita*, se iniciaram em 2014, e posteriormente, no ano de 2017 a desocupação masculina foi a primeira a desacelerar. Em contrapartida, a desigualdade familiar permaneceu crescente juntamente com a desocupação feminina.

Gráfico 2 - Desigualdade de Renda ($GINIrdpc$) X Taxa de Desocupação Feminina e Masculina, MARANHÃO 2012 – 2019.



Fonte: IBGE, elab. própria.

Trimestres

PROMOÇÃO

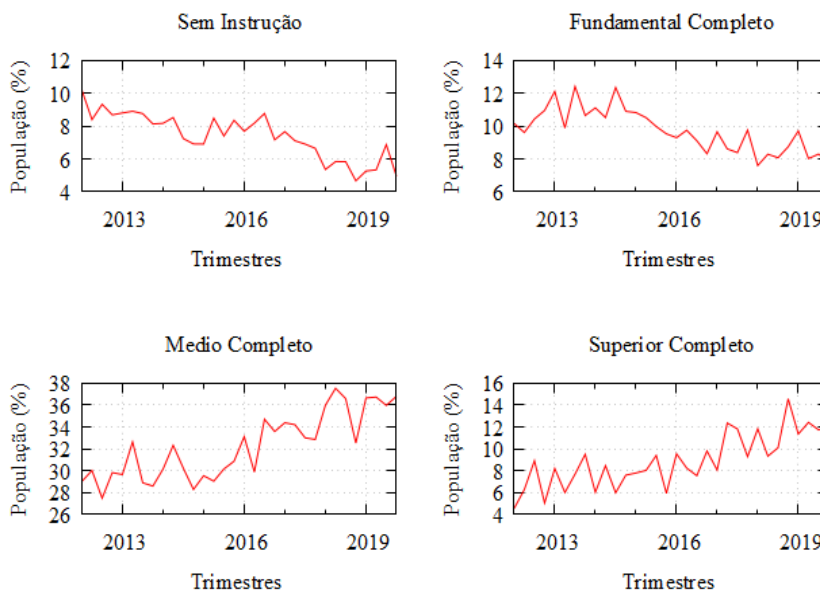


APOIO

A sensibilidade que a desigualdade de renda domiciliar demonstra com a desocupação feminina, também foi observada na literatura nacional por Ribeiro *et.al* (2018) considerando também o casamento seletivo e a contribuição das esposas na renda domiciliar. O casamento seletivo segundo Grotti e Scherer (2016) ocorre quando há similaridade de características entre o casal, e dentre elas está o nível de escolaridade, que segundo a literatura nacional⁸ e internacional⁹ também é capaz de causar influência na renda individual e consequentemente na desigualdade de renda domiciliar *per capita*.

Do ponto de vista da instrução, é possível constatar que, na última década, a proporção de maranhenses sem instrução e com fundamental completo alcançou níveis cada vez mais baixos, já a proporção de maranhenses com ensino médio completo e superior completo, fez o movimento inverso, como é possível observar no Gráf.3 .

Gráfico 3 - Nível de Escolaridade. MARANHÃO 2012 a 2019.



Fonte: IBGE, elab. própria.

Analisando as rendas conforme o nível educacional do ensino médio completo e ensino superior completo, os dados atestam que o maior rendimento médio para os

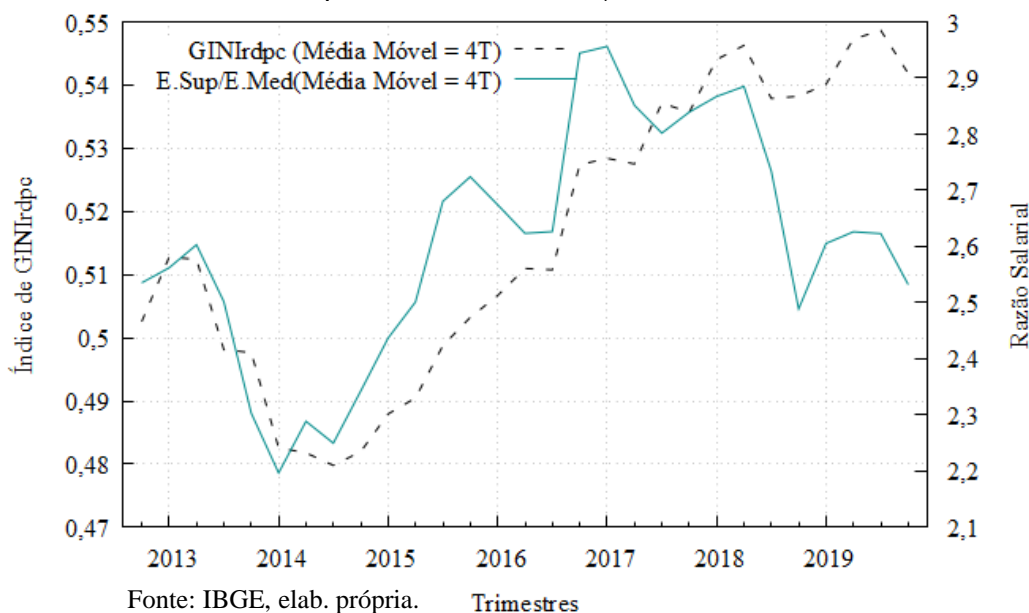
⁸ (PINHO NETO et al, 2011)

⁹ (MENEZES FILHO et al, 2006)

com ensino médio completo, foi de R\$ 1.529,83 no primeiro trimestre de 2013, e o rendimento médio do ensino superior foi de R\$ 5.186,65 no quarto trimestre de 2017. Durante todo o período analisado, as pessoas com ensino superior ganharam em média 2,6 vezes mais do que as pessoas com ensino médio completo.

Em comparação com o nível de desigualdade (GINIrdpc) a proporção de salários médios do ensino superior/ensino médio possui comportamentos semelhantes até o fim de 2017 como demonstra o Graf. 4.

Gráfico 4 - Desigualdade de Renda (GINIrdpc) X Razão Salarial Real Média do Ensino Superior / Ensino Médio, MARANHÃO 2012 - 2016.



As tendências das duas variáveis, com direta proporcionalidade, revelam que no período observado, quanto menor a diferença salarial entre os dois níveis educacionais, menor será o nível de desigualdade. Entretanto, devemos salientar que a distância salarial entre os níveis educacionais superior e médio pode ser reduzida de duas formas: a) aumento salarial do ensino médio (elevação das menores rendas); b) redução salarial do ensino superior (depreciação das maiores rendas). Estes dois comportamentos mostram que a redução da desigualdade nem sempre corresponde a um benefício real para a sociedade. No caso maranhense, no momento mais relevante do nível de desigualdade, que foi sua queda acentuada entre os anos de 2013

PROMOÇÃO

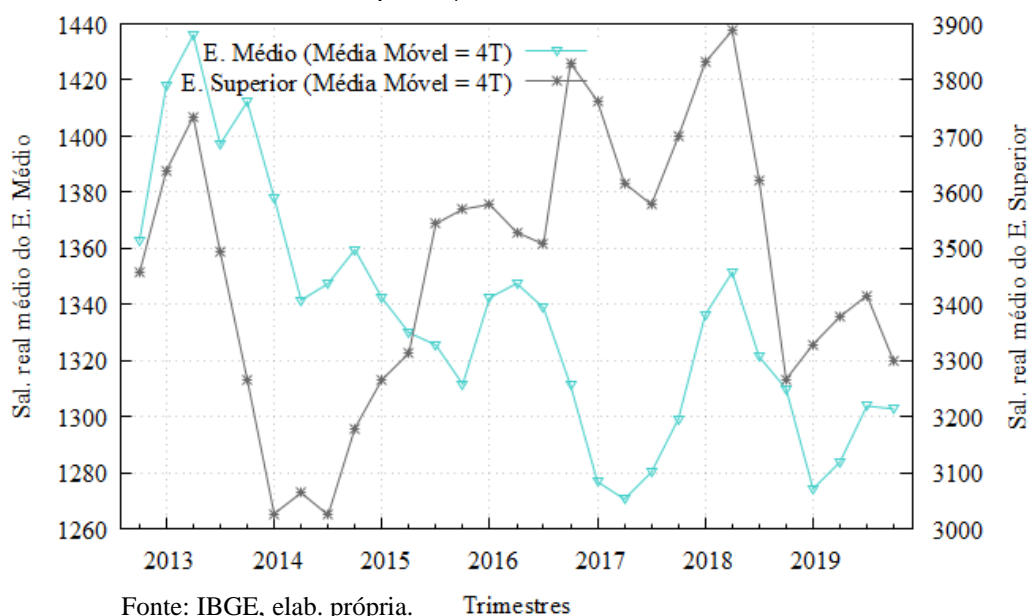


APOIO

e 2014, também foi o momento de redução salarial para ambos os níveis educacionais.

A renda média da população com ensino médio, possui uma tendência de queda durante todo o período, o que vai contra a primeira possibilidade de redução do distanciamento das rendas entre os níveis educacionais superior e médio (elevação das menores rendas). Já a renda da população com ensino superior, possui uma queda abrupta entre os anos de 2013 e 2014, no mesmo momento do achatamento do *gap* entre a renda do ensino superior e médio, atendendo a segunda possibilidade (depreciação das maiores rendas) demonstrado no Graf. 5.

Gráfico 5 - Salário Real Médio do Ensino Médio x Salário Real Médio do Ensino Superior, MARANHÃO 2012 – 2019.



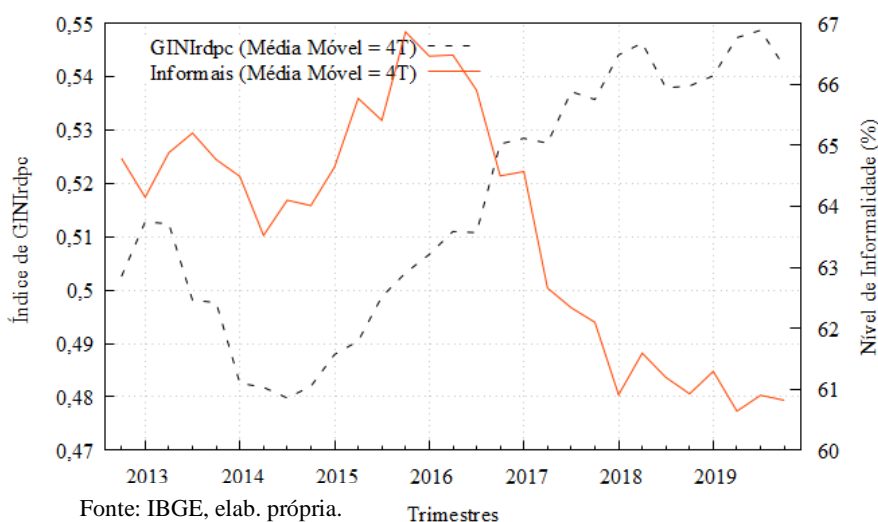
Os momentos de reduções ou lateralização da desigualdade ocorrem juntamente com a depreciação significativa dos salários reais da população com ensino superior, atestando que nos períodos aparentemente atenuadores para o nível de desigualdade de renda domiciliar *per capita*, o Maranhão sofreu uma **redução perversa da desigualdade**¹⁰. A queda dos salários médios dos mais qualificados aponta

¹⁰ Chamamos de redução perversa da desigualdade quando há diminuição da desigualdade em função da redução da distância entre o topo e a base da distribuição a partir do topo, sem alteração no nível de renda da base, ou pelo colapso das rendas da base. Essas situações ocasionam uma redução das distâncias das rendas, por meio

a disparidade de salários entre os próprios nichos de trabalho com mesma qualificação, este tipo de comportamento segundo é comumente ocasionado pela informalidade, fruto da falta de regulamentação nesta modalidade de trabalho.

O comportamento da informalidade maranhense no período em análise, se assemelha ao nível de desigualdade mundial: em média, 63,59% do trabalho maranhense é informal. Mesmo com semelhanças de níveis, a relação com a desigualdade se distancia da literatura observada, a informalidade é diretamente proporcional à desigualdade somente até o ano de 2015, em 2016 até 2019 as variáveis passaram a ser inversamente proporcionais. Este comportamento aponta um caso excepcional, mas não unicamente maranhense, que nos últimos anos da série, quanto menor o nível de informalidade maior à desigualdade, como ilustra o Graf. 6. Esta interação contraintuitiva também foi aferida por Barbosa (2019) e Brito *et.al* (2012).

Gráfico 6 - Desigualdade de Renda (GINIrdpc) X Informalidade, MARANHÃO 2012 – 2019.



Na composição da informalidade, a modalidade que apresentou variações significativas para este comportamento foi os trabalhadores por conta própria, que são a maior parcela de trabalhadores, com média de 37,3% no período. No quarto trimestre

do declínio médio do nível da renda e não pelo aumento médio das rendas da base, aproximando-se das rendas do topo. Nesse sentido, a redução é perversa porque tende a igualar “por baixo” os rendimentos que já são demasiadamente baixos.

PROMOÇÃO

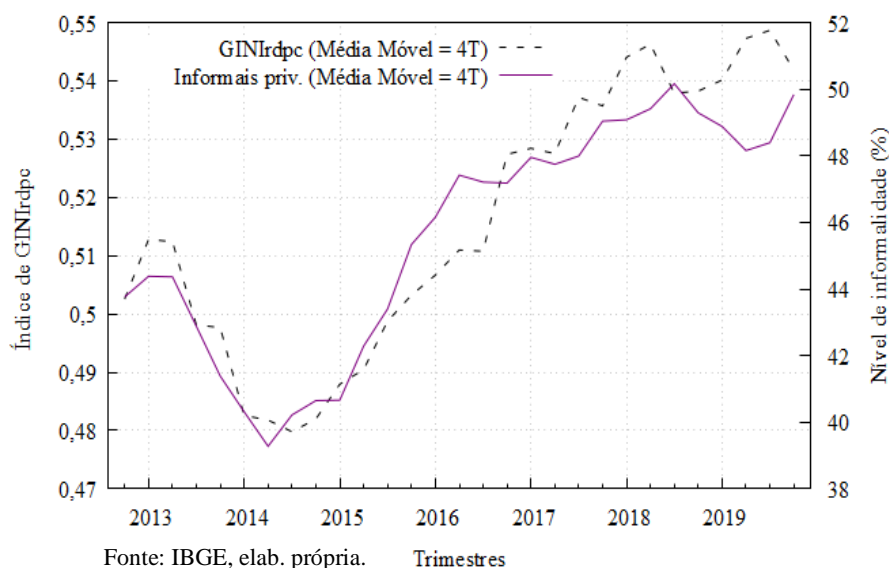


APOIO



de 2015, o ponto mais alto da informalidade, 43,3% da população maranhense era de conta própria. E no último trimestre de 2019, o ponto de mínimo, foi com a proporção de 31,0%. Logo, a diminuição da informalidade, foi resultado da queda significativa da quantidade de trabalhadores por conta-própria. Contudo, tanto a informalidade em geral, quanto a estrutura de ocupação composta pelos trabalhadores por conta-própria não apresentam associação com a desigualdade de renda no período. Diferente da informalidade geral, e do nível de trabalhadores por conta-própria, é a informalidade na iniciativa privada que segue a tendência do nível de desigualdade em todo o período observado, como demonstra o Graf. 7.

Gráfico 7 - Desigualdade de Renda (GINIrdpc) x Informalidade Privada, MARANHÃO 2012 – 2019.



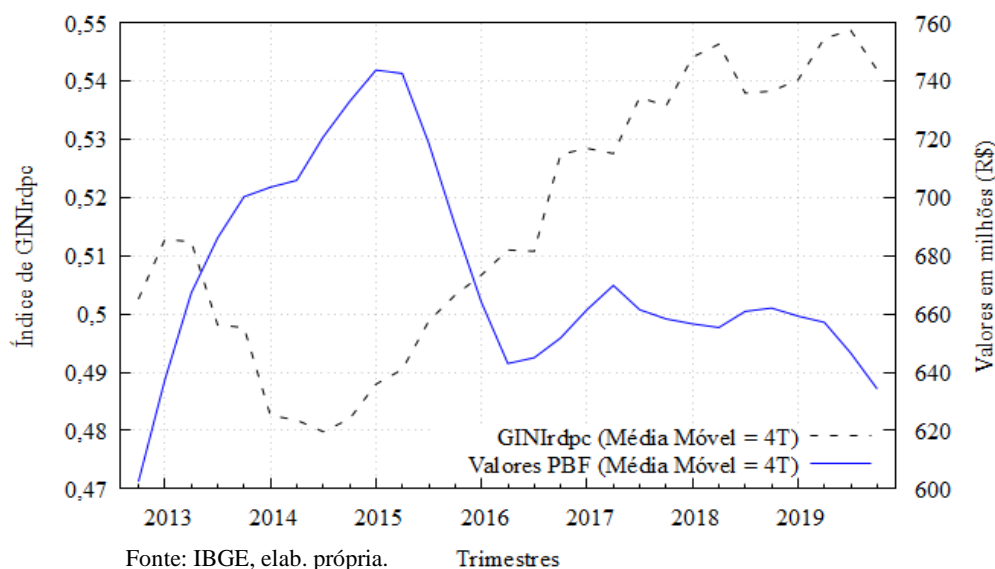
Entre os anos de 2012 e 2019, a média da informalidade no setor privado foi de 45,8%, a menor taxa ocorreu no segundo trimestre de 2014 com 37,6%, e a maior no último trimestre de 2019, onde 53,6% dos trabalhadores na iniciativa privada eram informais. Esta parcela de informais, está mais exposta à desigualdade por não possuírem nenhuma seguridade trabalhista, comumente do setor formal. Assim, qualquer momento atípico no mercado de trabalho informal privado reflete rapidamente na desigualdade de renda domiciliar. Portanto, não é qualquer informalidade no Maranhão

que afeta a dinâmica da desigualdade de renda. Do ponto de vista da estrutura ocupacional, a informalidade da iniciativa privada (empregados sem carteira assinada) afeta mais direta e regularmente a desigualdade trimestre a trimestre.

Sobre a atuação do governo para a redução da desigualdade, especificamente às transferências de renda, Hoffman (2006) aponta que o Nordeste é o mais beneficiado, e Silveira *et.al* (2020) ressalta a importância do PBF para redução da desigualdade. O poder atenuador das transferências de renda também é observado no Maranhão.

Analisando o valor total transferido para as famílias maranhenses e o nível de desigualdade, se encontra uma proporcionalidade inversa entre as duas variáveis, como demonstra o Graf. 8.

Gráfico 8 - Desigualdade de Renda (GINIrdpc) x Total de Transferências do PBF, MARANHÃO 2012 - 2019.



Entre os trimestres de 2012 e 2019 o Maranhão recebeu em média R\$ 666,53 milhões de reais em benefícios do PBF, e o seu ponto máximo foi de R\$ 771,10 milhões, que ocorreu no ponto mínimo da desigualdade, no terceiro trimestre de 2014. Entretanto, com uma desvalorização real de R\$ 154 milhões de reais até o último dado da série, as famílias do estado do Maranhão sofreram o distanciamento relativo de seus rendimentos e conseqüentemente das condições de vida e bem-estar.

4 CONCLUSÃO

O esforço empreendido de interpretação destacou as principais variáveis que mantiveram alguma associação com o nível de desigualdade de renda no Maranhão no interregno apontado ao longo do texto. Entre as associações mais fortes e regulares, pôde-se observar que o nível de informalidade do setor privado (empregado sem carteira assinada) e o nível de desocupação das mulheres, estão entre os determinantes mais importantes para explicar a trajetória da desigualdade de renda domiciliar *per capita* no Maranhão.

Portanto, não é toda informalidade no Maranhão que está mais diretamente correlacionada com a desigualdade. Por outro lado, a inserção econômica das mulheres mostrou-se como determinante potencial para o declínio da desigualdade de renda domiciliar *per capita*.

Contudo, é importante testar a interpretação aqui proposta a partir de modelos empíricos que verifiquem se a associação demonstrada, a partir dos microdados, tem poder de causalidade na explicação da trajetória do fenômeno da desigualdade de renda no Maranhão.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de. *et al.* **Determinantes imediatos da queda da desigualdade de renda Brasileira**. Brasília: Ipea, 2007. (Texto para Discussão, n. 1253).

_____. **Uma análise das Principais Causas da Queda Recente na Desigualdade de renda brasileira**. Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão, n 1203).

BRITO, Alessandra; FOGUEL, Miguel; KERSTENETZKY, Celia. The contribution of minimum wage valorization policy to the decline in household income inequality in Brazil: A decomposition approach. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01603477.2017.1333436>. Acessado em: 04 jun. 2022.

CACCIAMALI, Maria Cristina et al. Minimum Wage Policy in Brazil and India and its Impact on Labour Market Inequality. 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10625/55285>. Acessado em: 20 abr. 2022.

HOFFMANN, Rodolfo. **Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004**. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 55–81, junho-2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD: Medidas de Subutilização da Força de Trabalho. 2016. Disponível

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_022016.pdf. Acessado em: 12 jul. 2022 (Nota técnica n. 022016)

ILO - INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION; et al. Income inequality and labour income share in G20 countries: Trends, impacts and causes. 2015. Disponível em: https://labordoc.ilo.org/permalink/41ILO_INST/j3q9on/alma995003590602676. Acessado em: 30 maio. 2022.

_____. Women and men in the informal economy: A statistical picture. 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_626831/lang--en/index.htm. Acessado em: 01 jul. 2022.

KEIFMAN, S.; MAURIZIO, R. Changes in Labour Market Conditions and Policies: Their impact on wage inequality during the last decade. 2012. Disponível em: <https://www.wider.unu.edu/publication/changes-labour-market-conditions-and-policies>. Acessado em: 05 maio 2022.

KUZNETS, Simon. **Economic Growth and income Inequality**. The American Economic Review. Michigan, vol. 65, n.1 mar/1955.

MEDEIROS, Marcelo. **Medidas de desigualdade e Pobreza**: Brasília: EdUnB, 2012.

LIMA, Gabrielle; MOREIRA, Tito. **Fatores determinantes da desigualdade de renda no Brasil: uma análise empírica**. Revista de Desenvolvimento Econômico. Salvador, v. 16, n. 30, dez-2014.

RIBEIRO, Carlos; MACHADO, Weverthon **Rendimento do trabalho das esposas e tendências da Desigualdade de Renda no Brasil (1992-2014)**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro vol. 61, n. 1, p. 103-135, jan/dez-2018.

SABOIA, João. **O salário-mínimo e seu potencial para a melhoria da distribuição de renda no Brasil**. In: BARROS, Ricardo; FOGUEL, Miguel; ULYSSEA, Gabriel (Org.). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, 2007 v. 2, p. 479-498.

SILVEIRA, Fernando; PASSOS, Luana; SILVA, Eduardo; Palomo, Theo. **Impactos redistributivos das transferências públicas monetárias e da tributação direta: o que revela a POF 2017-2018**. Brasília: Ipea, ago-2020 (Nota técnica, n. 89).

ULYSSEA, Gabriel. **Segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos no Brasil: uma análise empírica**. Brasília: Ipea, 2007. (Texto para discussão, n. 1261).

TABOSA, Francisco; FILHO, Jair; GOMIDE, Uyara Gomes. **Reexaminando a Curva de Kuznets: evidências para o Brasil no período de 1981-2009**. Revista do Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 2, p. 245-266, maio/ago-2016.

WEISBROT, Mark et al. The Brazilian economy in transition: Macroeconomic policy, labor and inequality. 2014. Disponível em: <https://cepr.net/report/the-brazilian-economy-in-transition-macroeconomic-policy-labor-and-inequality/>. Acessado em: 20 maio 2022.

WIL – Word Inequality Lab. The World Inequality Report. 2018. Disponível em: <https://wir2018.wid.world/files/download/wir2018-summary-english.pdf>. Acessado em 11 mar. 2022.

PROMOÇÃO

